



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

SELEÇÃO DE BOLSISTAS/VOLUNTÁRIOS

PROLICEN 2023

O professor **Antonio Alberto Pereira, coordenador** do Projeto PROLICEN 2023 “Processo de construção de uma Escola Sustentável na zona da Mata Norte – PB” convoca para seleção de bolsistas e voluntários estudantes para concorrer a **04 vagas remuneradas** (bolsista) e **02 vagas não remuneradas** (voluntários) O/a bolsista selecionado/a receberá uma bolsa mensal no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por, no máximo, 8 (oito) meses, durante o ano letivo de 2023.

Pré-requisitos para ser bolsista ou voluntário

- a) Esteja regularmente matriculado e frequentando um curso de licenciatura, na modalidade presencial ou a distância, na Instituição CCAE/UFPB;
- b) Apresente um coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) igual ou superior a 7,0 (sete);
- c) Não receba outra bolsa institucional, exceto aquelas relativas à assistência estudantil;
- d) Tenha disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para atuar nas atividades do projeto;
- e) **RESIDA NOS MUNICÍPIOS DE CAPIM OU CUITÉ DE MAMANGUAPE** considerando que o projeto será realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos - Distrito Olho d'Água, município de Capim.

Seleção e Classificação

A seleção será realizada a partir da análise de **Carta de Intenção**, contendo as motivações pessoais e acadêmicas para a candidatura neste projeto e as notas obtidas na entrevista e do Coeficiente de Rendimento Acadêmico

A classificação dos candidatos será realizada de acordo com a ordem decrescente da média ponderada (M) entre a nota obtida na carta de intenção (N3), a nota obtida na entrevista (N2) e o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) (N1), respectivamente, calculada conforme a seguinte expressão: Média Final = Nota da Carta de Intenção (N3) + Nota obtida na entrevista (N2) + Coeficiente de Rendimento Acadêmico (N1) / 6M

Valores: Peso da Carta de Intenção = 3; Peso da entrevista = 2; Peso do Coeficiente de Rendimento Acadêmico = 1.

Datas e documentos: Os candidatos devem enviar carta de intenção e histórico escolar até dia 10/04 – 23,59hs para o email dos coordenadores avaliadores: toninhoaap@hotmail.com; mguerreirof@hotmail.com; niciovicente@hotmail.com. As entrevistas serão realizadas a partir das 8:00hs (da manhã) do dia 11/04, via google meet pelo link <http://meet.google.com/ppu-jwvb-vok>

Para contato, esclarecimentos, use o whatsapp do professor coordenador: 988093287.

João Pessoa, 06 de abril de 2023



Prof. Coordenador Antonio Alberto Pereira CCAE/DED

SEGUE EM ANEXO O PROJETO PROLICEN 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJETO PROLICEN 2022

**Processo de construção de uma Escola Sustentável na zona da Mata
Norte - PB**

Antonio Alberto Pereira – Coordenador (CCAIE/DED)

Colaboradores

Michele Guerreiro Ferreira – (CCAIE/DED)
Francisco Fechine Borges - Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Sociais/ IFPB
Paulo Benício Vicente - CCEN – Departamento de Geociências Campus I
Ana Paula Bezerril – Professora de Educação Básica de Itapororoca
João Santos Silva – Professor de Educação Básica de Capim

Março de 2023

SUMÁRIO

Resumo	03
Apresentação/Justificativa.....	04
Fundamentação Teórica.....	06
Objetivos	10
Metodologia.....	10
Cronograma.....	11
Referências Bibliográficas.	13

RESUMO

O Projeto PROLICEN 2023 “Processo de construção de uma Escola Sustentável na Zona da Mata Norte – PB” continuação do PROLICEN 2022 premiado **no XXIV Encontro de Iniciação à Docência - ENID 2022**, tem como objetivo geral participar de um processo coletivo de construção de uma escola sustentável no território da Zona da Mata Norte-PB e como objetivos específicos promover a formação da comunidade escolar da Escola Municipal do Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos localizada no Distrito Olho d’Água - município de Capim – PB, com temas relacionados à educação do campo, educação ambiental e tecnologias sociais; construir junto com estudantes de licenciatura do CCAE/ UFPB e a comunidade escolar um diagnóstico da realidade ambiental do território e suas potencialidades de desenvolvimento sustentável; possibilitar o conhecimento e implementação de tecnologias sociais sustentáveis; produzir materiais didáticos interdisciplinares relacionados à educação ambiental. Propõe o acompanhamento sistemático dos estudantes bolsistas e voluntários, formação de professores e oficinas de tecnologias sociais, práticas pedagógicas de intervenção parecerias com a prefeitura Municipal de Capim e Secretaria da Educação, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Indígena (GEPEDUCI) e um professor doutor membro do Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Sociais/ IFPB. Fundamenta-se em referenciais teóricos que compreendem o território como espaço de poder, autonomia e desenvolvimento (SOUZA 2019), a Teoria Pedagógica de Paulo Freire e a Educação Ambiental de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (2019) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Propõe como resultado alavancar o conhecimento e implementação de experimentos para o uso sustentável da água, tecnologias sociais sustentáveis tais como cisternas, irrigação, horta sustentável, viveiros de mudas, atividades de reflorestamento, e produção de materiais didáticos interdisciplinares relacionados à educação ambiental contribuindo com uma educação ambiental de qualidade e desenvolvimento sustentável da comunidade.

Palavras Chaves: Território; Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental; Paulo Freire.

Apresentação/justificativa

O Território da Zona Da Mata Norte - PB está localizado na região Nordeste e é composto por 19 municípios: Baía da Traição, Cabedelo, Capim, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mari, Mataraca, Pedro Régis, Riachão do Poço, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé e Sobrado. Trata-se de um território ocupado pela monocultura da cana de açúcar, abacaxi e outras lavouras, que vêm provocando ao longo da história o desmatamento, queimadas, assoreamento dos rios, disseminação de agrotóxicos, lençóis freáticos contaminados, concentração de terras e de rendas.

De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), existem apenas 7% de cobertura original da Mata Atlântica Norte, devastada sobretudo pela monocultura da cana de açúcar. As condições de vida das famílias no geral são bastante precárias, uma população de rendeiros, de agricultores familiares e trabalhadores assalariados da cana de açúcar e do abacaxi que sobrevivem com baixos salários ou renda.

Se “desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades”, de acordo com Gro Harlem Brundtland (Palmer, 2006), no Vale do Mamanguape onde está localizado o CCAE/UFPB, a vida e a saúde, não só do ecossistema, não só das gerações futuras como também da geração presente, estão profundamente ameaçadas. O caminho seguido pela economia até o momento, desde os tempos da invasão holandesa, francesa e portuguesa, foi extrair, produzir, vender, utilizar e descartar, sem se preocupar com a natureza e com as futuras gerações, como se os recursos naturais não tivessem fim. Esse modelo predatório de desenvolvimento da nossa sociedade estabelecido até o momento levou a consequências drásticas, como poluição ambiental, desigualdade social, empobrecimento do solo e da população.

Nestes últimos dez anos, desde 2012, coordenando de forma ininterrupta projetos do PROLICEN direcionados para a Educação do Campo, buscando sempre a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, temos constatado uma enorme distância, salvo algumas exceções, entre os projetos políticos pedagógicos das escolas e o real contexto das comunidades escolares espalhadas pelos campos e aldeias do território da Mata Atlântica Norte, ou seja, o Vale do Mamanguape. A grande maioria das escolas do campo insistem em manter currículos urbanocêntricos deslocados da realidade. No que se refere à educação ambiental, percebe-se apenas projetos pontuais ao longo dos anos letivos que não promovem de forma efetiva uma transformação orgânica sistêmica, integradora entre escola e meio ambiente, não discutem de forma sistêmica e contínua os problemas causadas pelo desmatamento, assoreamento dos rios, a monocultura da cana de açúcar, as queimadas, o alto índice de agrotóxicos.

Somente uma educação contextualizada libertadora pode contribuir para atender à problemática relacionada à sustentabilidade do território da Mata Norte –PB. Vale recordar que os **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)** estão estruturados sobre dois eixos principais: a interdisciplinaridade e a contextualização. **A LDB 9.394/96**, no artigo 28º, indica que “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”. Isso significa que o ensino deve levar em conta o cotidiano e a realidade de cada região, as experiências

vividas pelos alunos, como eles podem atuar como cidadãos, como protagonistas; enfim, ensinar levando em conta o contexto dos estudantes. Somente baseado nisso é que o conhecimento ganhará significado real para o aluno. A Base Nacional Comum Curricular define que o currículo das escolas tenha 40% do conteúdo composto pela parte diversificada que serve para que os profissionais de educação adequem seus currículos e práticas à realidade de sua instituição de ensino e do local onde está inserida discutam temas de relevância social e cultural, contextualizados com a realidade dos seus alunos e da comunidade escolar.

Neste sentido as **Diretrizes Operacionais por uma Educação Básica do Campo** vigente desde 2002 em consonância com os PCNs, reconhecem como fundamental: O modo próprio de vida social da população do campo; a identidade da escola do campo definida pela sua vinculação com a realidade, com os saberes dos estudantes, com a memória coletiva da comunidade e com as reivindicações dos movimentos sociais em defesa da qualidade de vida dos povos do campo (Artigo 2º – Parágrafo único); reconhecem a Educação do Campo como um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho e com o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (Artigo 4º).

Após dez anos ininterruptos de projetos voltados para as escolas do campo, nosso objetivo primordial a partir de 2022, é desencadear um processo de construção de uma **Escola Sustentável** na zona da Mata Norte – PB, mais precisamente na **Escola Municipal do Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos localizada no Distrito Olho d'Água - município de Capim – PB**. Trata-se de uma necessidade imperiosa de contribuir como universidade para a efetivação de um modelo de escola sustentável que atenda aos desafios do meio ambiente devastado sobretudo pelo monopólio das usinas de cana de açúcar que tem provocado o assoreamento dos rios, a degradação do solo, a destruição da Mata Norte e dos ecossistemas pelo excessivo uso de agrotóxicos e queimadas como também a privação de terras agricultáveis para os agricultores familiares.

Este projeto atende aos requisitos básicos propostos pelo Programa de Licenciatura – PROLICEN que apoia Cursos de Licenciatura da UFPB envolvendo a participação de professores do ensino básico das Escolas Públicas, aproxima assim os estudantes das licenciaturas do CCAE das escolas públicas articulando as aprendizagens acadêmicas com as práticas escolares imediatas, possibilitando estabelecer uma relação dialógica entre teoria e prática, a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas de conhecimento e a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão na formação de profissionais para a atuação na educação básica.

Questões que serão levantadas junto à comunidade escolar (professores, estudantes e pais) e com a participação dos estudantes de licenciatura da UFPB para a execução do projeto PROLICEN 2022:

- Quais problemas existentes no território (meio ambiente e trabalho) que impedem ou dificultam o desenvolvimento sustentável das comunidades? (Elaboração de um diagnóstico)
- Como desenvolver uma educação contextualizada e libertadora na qual o aluno e a comunidade desempenhe o seu papel de protagonista?
- Que tecnologias sociais e que projetos de intervenção viáveis podem ser implementadas que contribuam para alavancar este desenvolvimento?

- Que materiais didáticos interdisciplinares podem ser elaborados neste processo de construção de uma escola sustentável?

Fundamentação teórica

O Território como espaço de poder, autonomia e desenvolvimento

De acordo com Marcelo Lopes de Souza, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. O elemento definidor do território não são as suas características naturais os seus recursos naturais, o que produz e quem produz e nem a relação de identidade de grupos com o espaço, embora esses aspectos sejam importantes do ponto de vista do interesse dos grupos para o domínio de um determinado espaço. Mas o que caracteriza o território é “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (2000, p. 78-79). O poder constitui o elemento que caracteriza o território. O poder pertence a um grupo e existe apenas enquanto o grupo estiver unido. No momento que o grupo se desintegra, o poder se encerra, porém a pessoa que exerce o poder, que é representativo de um grupo, nem sempre aceita a perda do poder o que o leva muitas vezes a exercer a autoridade com violência. O poder tem origem do coletivo, do grupo, enquanto a violência advém do vigor, do indivíduo.

O termo território foi por muito tempo entendido como sendo apenas o espaço físico onde se estabelece o poder do Estado e entendido apenas como o Território nacional, como espaço controlado pelo poder do Estado, comandado por um gestor.

Mas o território necessariamente não tem que ser reduzido a esse conceito de Estado Nacional, mas qualquer espaço que se estabelece relação de poder, controlado por grupos sociais. O território nesse contexto é um conceito político, que se constitui a partir das reações sociais dominantes sobre uma base física. Nesse sentido o território pode ser classificado em diferentes escalas, tanto espacial, como temporal

Escalas espacial do território: Micro – Casa, rua, bairro; Macro – nação, relações internacionais. Escala temporal do território: Dias, meses, década, séculos. Os territórios são dinâmicos e podem ser constituídos e desconstituídos dinamicamente com o tempo.

Para Souza (2000), o conceito de território tem sido tratado como sempre pelas disciplinas científicas como apenas o conceito ligado ao Território Nacional. No entanto, ultimamente existe uma renovação com relação a compreensão desses conceitos principalmente pela antropologia, a Geografia política e a ciência política que consideram o território como “Relações Sociais projetadas no espaço concreto”.

Ex 1: Território da prostituição – territorialidade móvel, (SOUZA, 2000, p. 89).

Caráter – cíclico; Escala espacial – local e dinâmica; Escala temporal – periódica.

Ex 2: Território do tráfico no Rio de Janeiro

Caráter: permanente; Escala espacial: Regional descontínua; Escala temporal: décadas

O modelo capitalista ocidental, segundo Souza (2000), tem sido adotado como padrão de desenvolvimento universal, pautado pela agenda econômica. É o crescimento econômico que importa. No Brasil o conceito de desenvolvimento foi intensamente pensado pelo regime militar a partir de 1964 como “Desenvolvimento nacional” com a finalidade de sustentar a tese de fortalecimento do território como espaço de exercício de Poder do Estado (território nacional).

O desenvolvimento do território não deve restringir seu foco visando apenas o aspecto econômico, mas a justiça social, nem muito menos devemos pensar em um território desenvolvido apenas pela ação do Estado. O autor propõe compreender o território como espaço de desenvolvimento autônomo que garanta à população a

liberdade, a participação e o acesso à cultura, assim como o acesso aos bens de primeira necessidade como moradia, alimentação, vestuário e educação. Propõe o desenvolvimento de baixo para cima contrário ao que determina o capitalismo desenvolvimentista com programas de elaborados de cima para baixo.

Constituir territórios sustentáveis autônomos significa construir poder e construir poder significa desenvolver ações que garantam o desenvolvimento social, econômico das comunidades. Conquistar justiça social dos povos organizados pela permanência das comunidades com condições dignas de sobrevivência.

Educação contextualizada libertadora: a teoria pedagógica de Paulo Freire

A ideia da contextualização requer participação ativa do estudante em todo o processo de aprendizagem. O aluno será mais do que um espectador, ele passará a ter um papel central, será o protagonista; como um agente que pode resolver problemas e mudar a si mesmo e o mundo ao seu redor. Entretanto, não dá para pensar o aluno de forma isolada, sem pensar na relação com os seus pais e sua comunidade. Uma educação, se quer ser contextualizada e libertadora, supõe pelo menos três protagonistas interlocutores: o professor, o aluno e a comunidade. O pensamento de Paulo Freire muito tem contribuído para fundamentar os princípios e diretrizes que norteiam a Educação do Campo, nesta virada de milênio, momento histórico para a Educação do campo.

Em *Pedagogia do Oprimido* (2003), Freire faz uma extensa caracterização do oprimido, que é formado pelo opressor e carrega, dentro de si, a marca histórica da desumanização. Um problema real. O opressor rouba a humanidade do oprimido todo dia, toda hora, anos após anos. Roubou de seus antepassados, de seus avós, de seus pais e, agora, dele mesmo. O camponês nordestino, de alma mestiça, uma mistura de índio, negro e branco, carrega consigo uma história de quinhentos anos de espoliação, de humanidade roubada. Segundo Freire, além de roubar a humanidade do oprimido, o opressor “hospeda-se”, aloja-se dentro dele. O oprimido se torna, então, “hospedeiro do opressor”, carregando dentro de si, por onde vai, as “sombras míticas” dele (*ibid.*, p. 32). Mítico é aquilo que é aceito como verdadeiro por força da tradição; uma representação que acaba se tornando realidade.

Por isso, o oprimido carrega dentro de si a “marca da dualidade”. A estrutura do seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta de todos os dias. O oprimido quer ser homem, mas, para ele, ser homem é ser como o opressor e agir como ele. Cresceu na sombra do patrão.

A pedagogia do oprimido tem como ponto de partida o próprio oprimido e seu mundo. Não existe outro ponto de partida. A mediação é o seu mundo. Conforme Freire, em *Pedagogia da Esperança* (1996, p. 14), “o mundo do oprimido, em última análise, é a primeira e inevitável face do mundo mesmo”. A conscientização começa quando o oprimido identifica, dentro de si, as sombras do opressor, suas “verdades”, que se tornaram verdades para ele, os métodos do opressor que foram incorporados e reproduzidos em seu cotidiano, como o autoritarismo, o individualismo, a exploração, inclusive, a forma de depredar a natureza, que ele aprendeu com o seu patrão.

Para libertar-se, é imprescindível ao oprimido tomar consciência da invasão cultural a que foi submetido ao longo de toda a história de colonização. “A invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freia a criatividade, ao inibirem sua expansão” (*ibid.* p. 149). Invasão cultural que o obrigou a ter medo da liberdade, a sujeitar-se ao silêncio, ao pensar mágico, ingênuo, a deixar-se cooptar, a sentir-se incapaz de organizar, planejar, administrar, coordenar, estudar, ter autonomia, ser ele mesmo. Porque

lhes roubaram, ao longo de séculos, a sua humanidade, a sua dignidade, o seu direito de ser, de pensar, de agir, de caminhar com os próprios pés e pensar do seu jeito, com sua cabeça e com seus sentimentos.

Freire assevera que “a libertação é um parto doloroso, um trágico dilema que os oprimidos têm que enfrentar” (ibid.p. 35). O camponês oprimido encontra-se diante de um duplo desafio: libertar-se do opressor, do jugo do patrão, do trabalho alugado, alienado, embrutecedor, e libertar a terra das mãos do opressor predador, destruidor de matérias-primas, de biodiversidades e de ecossistemas. É um desafio de “humanizar a terra”, libertar-se não só das cercas do latifúndio, mas de todas as cercas que impedem o homem de ser livre e feliz, de sentir o gosto da liberdade e dela usufruir.

Para Freire, a liberdade é uma conquista, e não, uma doação [...] A realidade é funcionalmente libertadora [...]. Libertar-se de sua força exige indiscutivelmente a emersão dela. É por isso que, só através da práxis, ou seja, da ação e da reflexão, é possível fazê-lo. A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-la. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2003, p. 42).

Educação Ambiental: por um território sustentável

A conceituação de Educação Ambiental se diversifica em meio as interpretações, considerando cada texto e contexto. Neste sentido, para a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/1999, em seu art. 1º entende a EA:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2001).

Seara Filho (1987) e a Agenda 21 a Educação Ambiental (EA) é um processo que busca preparar a população para ser conhecedora e ser ativa socialmente na perspectiva de obter soluções para os problemas ambientais existentes e planejar ações de prevenção das novas problemáticas que possam surgir. E essas ações partem do nível local para o nível mundial de forma cooperativa, tornando-se um processo dinâmico, participativo e transformador.

Para Layrargues, Educação Ambiental (EA) é:

[...] um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (Layrargues, 2002, p. 169).

Diante das diversas interpretações sobre a definição do que é Educação Ambiental pelos autores destacados, podemos perceber que a EA apresenta particularidades em diversos aspectos, porém esses mais variados conceitos tendem a se complementar. Pois, apresentam processos em que as pessoas possam compreender o meio ambiente, a utilização dos recursos naturais e as perspectivas de promover a sustentabilidade do mesmo (DIAS, 2003, *apud* DIAS, 2016).

Compreende-se que o papel inicial da EA é incentivar, estimular as pessoas a pensar, a questionar no sentido de promover a desnaturalização da obviedade do cotidiano, provocando um processo de indignação diante das atitudes desenvolvidas

contra a vida. Em seguida deste princípio da Educação Ambiental, busca-se incentivar as pessoas a exercer atividades ou práticas que tenham caráter sustentável, atividades realizadas em um patamar de pequena escala.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) explicitam a importância de trabalhar a temática Educação Ambiental (EA) como uma prática educativa de modo integrado, interdisciplinar e de forma contínua em todas as modalidades de educação, bem como revela orientações de como se deve pensar e conduzir a EA na Educação Básica. Como está presente em seu Art.14. II – A Educação Ambiental nas instituições de ensino deve ser uma abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas.

Destacamos algumas orientações que as DCNEA dispõem para o trabalho com a EA nas instituições educacionais:

Art.17. I – a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologias; b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética.

Art. 5º que “A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica”. Além de ajustar-se a reflexão da atualidade sobre a EA, tendo como desígnio conduzir a aprendizagem por meio de um processo de sensibilização humana para com o meio em que o sujeito que fazemos parte e convivemos.

Dias (2004) *apud* Santos e Costa (2013) conceitua a EA como:

Um conjunto de conteúdos e práticas ambientais orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, por meio do enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da comunidade. Desta forma, não cabe mais uma visão reducionista do conceito de EA, na qual são privilegiadas apenas questões relativas ao meio ambiente, restringindo suas atividades ao ensino da ecologia (SANTOS e COSTA, 2013, p.2).

Sobre o volume de Ciências Naturais, de acordo com os PCNs, o tema transversal Meio Ambiente traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. São problemas que acarretam discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento sustentado, na perspectiva da reversão da crise socioambiental planetária. [...] Em coerência com os princípios da educação ambiental (tema transversal Meio Ambiente), aponta-se a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela e ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa. (BRASIL, 1997a, p. 35 *apud* DIAS et al., 2016).

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do

planeta, mas certamente é condição necessária para tanto. (BRASIL, 1997b, p. 17 *apud* DIAS et al., 2016).

Objetivos

Geral:

- Participar de um processo coletivo de construção de uma escola sustentável no território da Zona da Mata Norte-PB

Específicos:

- a) Promover a formação da comunidade escolar (professores, profissionais que atuam na escola, alunos, pais) da Escola Rural Municipal do Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos localizada no Distrito Olho d'Água - município de Capim – PB, com temas relacionados à educação do campo, educação ambiental e tecnologias sociais;
- b) Construir junto com estudantes de licenciatura do CCAE/ UFPB e a comunidade escolar escolhida um diagnóstico da realidade ambiental do território e suas potencialidades de desenvolvimento sustentável;
- c) Possibilitar o conhecimento e implementação de experimentos para o uso sustentável da água, tecnologias sociais sustentáveis tais como cisternas, irrigação, hortas sustentáveis, viveiros de mudas, atividades de reflorestamento, e outros que podem alavancar o desenvolvimento da comunidade escolar;
- d) Produzir materiais didáticos interdisciplinares relacionados à educação ambiental.

Metodologias

A escola escolhida para a continuidade do projeto é a Escola Municipal do Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos localizada no Distrito Olho d'Água, município de Capim-PB, onde foi desenvolvido o projeto em 2022; trata-se de uma escola do campo com 186 alunos distribuídos do sexto ao nono ano do ensino fundamental assistidas por 18 professores.

Serão escolhidos dois estudantes bolsistas e três voluntários, estudantes que moram no distrito de Olho d'Água e/ou nas cidades vizinhas de Capim e/ou Cuité de Mamanguape. Por isso, o edital para seleção de bolsistas e voluntários será restringido a estudantes destes dois municípios.

Contaremos com a colaboração do professor Francisco Fachine Borges, membro do Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Sociais/ IFPB. e do técnico da Emater Osório Vieira. Contaremos com o apoio de Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo e Indígena (GEPEDUCI) para a formação dos professores e alunos e parcerias com a prefeitura Municipal de Capim e Secretaria de Educação.

Os estudantes bolsistas e voluntários terão reuniões quinzenais com o professor coordenador para planejar e avaliar o projeto e aprofundar temas relacionados à educação do campo, educação ambiental, tecnologias sociais, elaboração e execução de diagnóstico. Os estudantes de licenciatura acompanharão todas as etapas de implementação do projeto, farão a sistematização juntamente com a equipe formadora dos materiais didáticos que forem sendo produzidos ao longo do processo, organizarão

relatórios parciais, relatório final, participação no ENID, elaboração de um artigo sobre educação ambiental e relatos de sua experiência.

Serão ofertados Encontros de Formação à comunidade escolar (professores, alunos, pais) sobre o tema sustentabilidade caso tenham necessidade e disponibilidade. Será organizado um grupo de pais de alunos que participará juntamente com os alunos de oficinas sobre educação ambiental e tecnologias sociais sustentáveis. Serão desenvolvidas práticas pedagógicas, pesquisas de campo para implementação de experimentos relacionados a tecnologias sociais como hortas sustentáveis, cisternas, viveiros de mudas, reflorestamento, etc

Cronograma de atividades (sujeito a mudanças a partir da avaliação e planejamento coletivo entre UFPB e Escola)

Abril/2023:

- Encontro com gestores e professores, representantes de alunos e de pais de alunos da Escola Municipal do Ensino Fundamental Professora Eunice Alves dos Santos para apresentação da equipe formadora, dos estudantes bolsistas e planejamento coletivo das atividades.
- Mutirão com professores, alunos e pais para implantação da horta escolar;
- Reuniões quinzenais com os estudantes de licenciatura selecionados para formação, revisão e planejamento das atividades

Mairo/2023

- Mutirão com professores, alunos e pais para implantação da horta escolar;
- Retomada com os alunos da organização da composteira
- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas e voluntários sobre o tema sustentabilidade;
- Sistematização e organização de materiais didáticos com equipe responsável
- Reuniões quinzenais com os estudantes de licenciatura selecionados para formação, revisão e planejamento das atividades

Junho/2023:

- Encontro com gestores e professores, representantes de alunos e de pais de alunos para avaliação das atividades e planejamento implantação do viveiro de mudas
- Oficina com assessor técnico para implantação de viveiro de mudas
- Implantação de viveiro de mudas com participação de alunos, pais de alunos, professores
- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas e voluntários sobre o tema sustentabilidade;
- Atividades com alunos e pais de alunos para manutenção da horta e composteira
- Sistematização e organização de materiais didáticos com equipe responsável

Julho/2023:

- Construção coletiva da calha para aproveitamento da água da chuva
- Atividades com alunos e pais de alunos para manutenção da horta, viveiros e composteira

- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas sobre o tema sustentabilidade;
- Produção e socialização dos materiais didáticos à comunidade escolar
- Reuniões quinzenais com os estudantes de licenciatura selecionados para formação, revisão e planejamento das atividades

Agosto/2023

- Encontro de formação com a comunidade escolar (caso haja disponibilidade)
- Atividades com alunos para manutenção da horta, viveiro e composteira
- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas sobre o tema sustentabilidade;
- Produção e sistematização de materiais didáticos
- Reuniões quinzenais com os estudantes de licenciatura selecionados para formação, revisão e planejamento das atividades

Setembro/2023

- Encontro de formação de professores (caso haja disponibilidade da escola);
- Reunião com gestores e professores, representantes de alunos e de pais de alunos para avaliação das atividades e planejamento de práticas pedagógicas
- Visita dos professores, alunos e pais à Reserva Biológica Guaribas (caso haja disponibilidade da escola);
- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas e voluntários sobre o tema sustentabilidade;
- Atividades com alunos e pais de alunos para manutenção da horta, viveiro e composteira;
- Práticas de reflorestamento, arborização e embelezamento da escola
- Sistematização e organização de materiais didáticos com equipe responsável

Outubro/2023

- Encontro de formação de alunos e pais
- Reunião com gestores e professores, representantes de alunos e de pais de alunos para avaliação das atividades e planejamento de práticas pedagógicas
- Formação de alunos coordenados pelos estudantes bolsistas e voluntários sobre o tema sustentabilidade;
- Atividades com alunos e pais de alunos para manutenção da horta, viveiro e composteira;
- Práticas de reflorestamento, arborização e embelezamento da escola
- Sistematização e organização de materiais didáticos com equipe responsável

Novembro/2023

- Prática pedagógica: reflorestamento, arborização e embelezamento da escola
- Organização e participação no ENID
- Reunião com equipe de coordenação e estudantes para avaliação e planejamento
- Produção e socialização dos materiais didáticos à comunidade escolar

Dezembro/2022

- Encontro de formação, avaliação e planejamento com toda a comunidade escolar;
- Sistematização e devolução dos materiais didáticos para a escola;
- Relatório final

Referências

BRASIL. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC; SEF, 2001.

CORREIA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. P. 77-116.

DIAS, Leonice Seolin [et al.], (orgs). **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas**. Tupã: ANAP, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 29 ed. R.de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 38 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LAYRARGUES, P. P. **Crise Ambiental e suas Implicações na Educação**. In: PALMER, Joy A. "Gro Harlem Brundtland." Fifty Key Thinkers on the Environment. Londres: Routledge, 2006, tradução para o português, 50 grandes ambientalistas – De Buda a Chico Mendes. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 272-279.

SANTOS, Taís Conceição dos. COSTA, Marco Antonio Ferreira da. **A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de Novembro de 2013. Disp. em: nutes.ufrj.br/abrappc/ixenpec/atas/resumos/R0904-1.pdf

SEARA FILHO, G. **Apontamentos de introdução à educação ambiental**. Revista Ambiental, a.1, v.1, 1987.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Ambientes e Territórios: uma introdução à ecologia política**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa.